

Os “representantes” do Sindicato Médico e a luta pela regulamentação profissional da medicina no Rio Grande Do Sul, 1931-1939

Felipe Almeida Vieira
(PPGHist/UFRGS, bolsista CNPq)

Resumo:

Em 1931, um grupo de médicos diplomados funda o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul para acabar com a “liberdade profissional” vigente no estado e regulamentar o exercício da medicina. Os médicos que participam da entidade sindical estão vinculados, sobretudo, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Santa Casa de Misericórdia, e a partir dessas instituições estabelecem diversas ligações entre si. O grupo que dirige o sindicato atua como “representante da classe médica”, ou seja, como “porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo” e que “faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar”.

Palavras-chave: *Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; representante; identidade.*

Esse texto pretende tratar da fundação do Sindicato Médico do Rio Grande Sul e da composição de seu grupo dirigente na década de 1930. Essa abordagem faz parte de uma pesquisa mais ampla que venho realizando sobre a participação dessa entidade na regulamentação do exercício da medicina no estado, nesse período. Entendo esse processo como uma forma de fazer reconhecer e impor como legítima uma classificação a respeito dos profissionais da cura, definindo *o que é e o que não é ser médico*. Assim, a disputa em torno da regulamentação da medicina é também a luta pela definição de uma “identidade”.

No dia 20 de Maio de 1931, mais de cem médicos atuantes no estado atenderam ao convite publicado “nos principais jornais da capital”, reunindo-se no salão nobre da Faculdade de Medicina, a fim de fundarem “uma associação para defender os interesses morais e materiais da classe, com o nome de Sindicato Médico do Rio Grande do Sul”.¹ A convocação partiu de uma comissão organizadora, composta por Moysés Menezes Luiz Guerra Blessmann, Heitor Annes Dias, Gabino da Fonseca, Waldemar Job e Nino Marsiaj.

¹ “Ata da Sessão de Fundação do Sindicato Médico do R. G. do Sul”. *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*, n. 1, out/dez 1931, p. 17.

As primeiras ações dessa comissão, antes mesmo da fundação do sindicato, evidenciam os objetivos da entidade. Onze dias depois de ser formada, a comissão presidida por Moysés Menezes enviou um telegrama ao Dr. Belisário Penna – diretor geral de Saúde Pública do Governo Provisório de Getúlio Vargas – pedindo providências em relação à regulamentação da medicina no país, “que extinguirá a vergonhosa liberdade profissional existente no Rio Grande”. No dia 29 de março, juntamente com os representantes da Sociedade de Medicina, Otávio de Souza e Tomaz Laranjeira Mariante, os médicos que organizam o sindicato enviam novo telegrama ao diretor Belisário Penna com “sugestões” para o decreto de regulamentação do exercício da profissão médica no Brasil. Em seguida, esse grupo, acompanhado do Dr. Fernando Freitas e Castro, diretor de Higiene do estado nomeado em 1929, elaborou um “projeto completo” de regulamentação da medicina, que foi entregue pessoalmente a Belisário.²

Fica claro com isso, que o Sindicato Médico, desde sua origem, tinha como objetivo mais urgente a regulamentação do exercício da medicina no país, extinguindo a “liberdade profissional” no estado. Na sessão inaugural, Waldemar Job explicando os motivos para a fundação de um sindicato, afirmou que “a nossa revolta visa, sobretudo, aos aventureiros estrangeiros e nacionais, os quais protegidos pela liberdade profissional, vigente entre nós, se utilizam da mais nobre das profissões para única satisfação de interesses pessoais”.³

A “liberdade profissional”, a que se referem os médicos do sindicato, tratava-se de um artigo da Constituição Estadual de 1891, que garantiria o exercício de qualquer profissão sem privilégios aos diplomas acadêmicos. Esse princípio apoiava-se na idéia de que o Estado não deveria ter ingerência sobre o exercício de nenhuma profissão, as quais seriam “reguladas” pelas decisões da população, esclarecida pela “ciência”.⁴ Para parte dos médicos diplomados essa “liberdade” significaria “licenciosidade”, pois abriria espaço para o “charlatanismo” na profissão,

² “A liberdade de profissão e a ação do Sindicato”. Op. Cit., p. 10.

³ “Ata da Sessão de Fundação do Sindicato Médico do R. G. do Sul”. Op. Cit., p. 17.

⁴ WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 42-43. Conforme a historiografia, o Positivismo conteano teria influenciado a Constituição Estadual de 1891 e os governos do Partido Republicano Riograndense (PRR), no período denominado de Primeira República Ver, por exemplo: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (Rio Grande do Sul, 1889-1930)*. São Paulo: LP&M, 1986.

através da atuação de indivíduos “inescrupulosos”, diplomados ou não, sobretudo no interior do estado.

As primeiras críticas mais contundentes à “liberdade profissional” foram elaboradas por médicos ligados à Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre e partir da Sociedade de Medicina da capital, visando elevar a condição dos médicos diplomados do estado.⁵ As divergências em torno do tema ganharam força com o “9º Congresso Médico Brasileiro”, realizado em Porto Alegre no ano de 1926, e organizado por essa entidade científica. O embate ficou evidente na apresentação elaborada pelo Dr. Francisco Simões Lopes a respeito da “liberdade profissional”.⁶ No ano seguinte, as críticas continuaram presentes na revista da sociedade médica.

Em 1928, o Dr. Jacintho Godoy, assumindo a presidência da Sociedade de Medicina, sugeriu a criação de um sindicato como os que já existiam no país, para congregar e defender os interesses dos médicos. Godoy afirmava que para obterem sucesso seria necessária a formação de uma “frente única” entre os médicos, esquecendo as “divergências de idéias”.⁷ É muito significativo que, também nesse período, as lideranças políticas do estado procuravam superar suas divergências históricas para a formação da “Frente Única” dos partidos rio-grandenses.⁸ Dessa forma, as discussões e mesmo a linguagem empregada no campo político aparece aqui apropriada pelos médicos em seu anseio de terem “ouvidas” suas demandas profissionais.

Com isso, a criação de um sindicato, para “tratar dos interesses materiais e morais” dos médicos diplomados atuando junto ao poder público, se justificaria por que a Sociedade de Medicina – entidade “estritamente científica” – não poderia enfrentar essas questões. O sindicato deveria ter o caráter de órgão permanente de “representação da totalidade da classe”, o que garantiria sua eficácia, diferentemente das tentativas anteriores. A entidade significaria a “frente única” dos médicos diplomados do Rio Grande do Sul, tirando-os do isolamento. Essa iniciativa

⁵ Cf. KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

⁶ Cf. KUMMER, Lizete Oliveira. Op. Cit., p. 75-80; WEBER, Beatriz. Op. Cit., p. 117-120.

⁷ Essa solução também foi apontada pelo Dr. Raul Bittencourt em um congresso realizado nesse mesmo ano. Cf. KUMMER, Lizete Oliveira. Op. Cit., p. 85-86.

⁸ Cf. TRINDADE, Hélgio. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

teria um duplo sentido: congregar a “classe”, superando as divergências, e “representar” as demandas dos médicos, fazendo as serem “ouvidas” no campo político. A fundação do “Sindicato Médico Brasileiro”, em 1927 no Rio de Janeiro, certamente serviu de modelo para os médicos gaúchos.

Parecem ser decisivas, para a iniciativa de fundar o Sindicato Médico, as mudanças políticas ocorridas com o fim dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros e ascensão da “segunda geração republicana”. A formação da “Frente Única” entre o PRR e os opositores do Partido Libertador (PL) indicava um governo mais conciliador.⁹ Além disso, o novo presidente do estado Getúlio Vargas acenava com uma política sanitária mais efetiva o que poderia resultar em uma valorização da “classe médica”. Com ascensão de Vargas à presidência da República pela “Revolução de 1930” e seus ideais – mesmo que vagos – de modernização e centralização, pareciam confirmar a vitória, indicando a inclusão do Rio Grande do Sul em uma situação de regulamentação da profissão em âmbito nacional.

No entanto, a conjuntura de agitação política adiou o pleito, e o sindicato em seu órgão de divulgação sobre a persistência da “liberdade profissional, questionou”: “Terá a Revolução naufragado na Barra do Rio Grande?”.¹⁰ Em 1932, com a promulgação do decreto federal que regulamentava a profissão, o sindicato adota como meta a “aplicação da lei” no estado. Posteriormente, enfatizando a importância das mudanças políticas, afirma-se que “a classe médica no Brasil vivia um estado de dispersão [...] entre nós a questão social vivia em verdadeiro estado de letargia, até que despertou com os movimentados acontecimentos surgidos após a revolução de 30”.¹¹

Em suma, o sindicato, com maior ênfase, teria uma função de “representação” dos profissionais médicos, legitimada e autorizada pela lei em seu objetivo principal, que era a regulamentação da medicina. Conforme Edmundo Coelho, a formação dos grupos profissionais e seu monopólio sobre o exercício de uma atividade são socialmente construídos por cada grupo em sua conjuntura específica, sem estar “dado” *a priori*. Segundo esse autor, desde o século XIX, no Brasil o que determinava que o exercício profissional fosse normatizado era a capacidade de

⁹ Cf. LOVE, Joseph. Op. Cit., p. 236.

¹⁰ *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*, n. 1, out/dez 1931, p. 14.

¹¹ Op. Cit., n. 17, mar/abr 1936, p. 362.

mobilização do grupo interessado, através de uma entidade de “associação” e “representação”, que promovia a persuasão de setores sociais de sua importância e pressionava o Congresso para a aprovação de um projeto de lei de regulamentação.¹² Para tal, a autoridade e o poder de “autorização e nomeação” conferido pelo Estado seriam fundamentais, e nesse sentido entendo a atuação do Sindicato Médico.¹³

A partir dos médicos que participaram da fundação do sindicato é possível estabelecer uma ligação entre essa entidade e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Do total de 120 indivíduos que assinaram a ata de fundação, 99 foram diplomados pela faculdade porto-alegrense. Apenas 18 profissionais foram diplomados em cursos de medicina de outros estados do país (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais), sendo que desses pelo menos dois sabe-se que iniciaram o curso em Porto Alegre e oito foram professores nessa instituição.¹⁴

Tal ligação entre o sindicato e Faculdade de Medicina de Porto Alegre seria óbvia por se tratar de duas entidades sediadas na capital, caso não houvesse outro curso de medicina no Estado. No entanto, durante duas décadas a Escola Médico-Cirúrgica, atuando concomitantemente com a Faculdade de Medicina, também diplomou médicos em Porto Alegre.¹⁵ Igualmente é significativo que esse fato foi “esquecido” pelas publicações médicas que tratam da história da Faculdade.

Inegavelmente, a Escola Médico-Cirúrgica enfrentou a resistência e a oposição dos médicos ligados à Faculdade de Medicina, talvez por sua vinculação com o governo estadual ou com práticas desconsideradas por esses, como a homeopatia, e mesmo por questões de concorrência. Por não estar “equiparada” com as demais do país, como a Faculdade Livre de

¹² COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 43

¹³ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 133-161.

¹⁴ Todos os dados a seguir a respeito das trajetórias dos médicos foram obtidos a partir das seguintes fontes: *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*, n. 1-26, 1931-1939; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998; *Histórico Escolar dos Formandos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1904-1936*; *Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*, n° 7-10, 1900 a 1970; *Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural*. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943; *Relatórios da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1916 a 1940*.

¹⁵ Beatriz Weber demonstrou como a Faculdade de Medicina de Porto Alegre se distanciou do governo estadual a partir de 1906 e os políticos do PRR passaram a incentivar a criação de outro curso na capital. WEBER, Beatriz, Op. cit., p. 101-114.

Medicina, a Escola Médico-Cirúrgica teria sido fechada em 1931. Como a Escola não era considerada “idônea”, os alunos foram proibidos de transferirem-se para outras instituições e um grupo de estudantes realizou uma “greve” para pressionar por uma solução. Em 1932, a partir da mediação do chefe do PRR, Borges de Medeiros, foi firmado um acordo em que a Escola poderia continuar funcionando através dos cursos de farmácia, odontologia, obstetrícia e enfermagem, e que os alunos de medicina poderiam se transferir para qualquer outro curso no país.¹⁶

Em sessão do Conselho Deliberativo do Sindicato Médico comunicou-se que os alunos da Escola Médico-Cirúrgica estavam “pedindo apoio” à entidade, mas o pedido sequer foi respondido. Em outra sessão denunciou-se a “pretensão dos profissionais formados pela Escola Médico-Cirúrgica” de criarem um sindicato próprio, cujo pedido foi indeferido pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista a “lei dos sindicatos” que era “restritiva aos profissionais de outras escolas” que não a Faculdade de Medicina.¹⁷

Com isso, fica evidente que o Sindicato Médico mantinha estreita relação com a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em detrimento dos diplomados pela Escola Médico-Cirúrgica. Essa ligação pode ser verificada também entre os médicos escolhidos como “representantes” da entidade. Entre os 63 membros dirigentes do sindicato nesse período, 52 diplomaram-se pela Faculdade Livre de Medicina, e dos onze restantes, diplomados na Faculdade da Bahia e do Rio de Janeiro, três iniciaram o curso em Porto Alegre.

Também é expressivo o número de professores da Faculdade entre os médicos que organizam e depois dirigem a entidade sindical. Na primeira diretoria eleita em 1931 há nove catedráticos da Faculdade, em alguns casos com quase trinta anos de docência e diplomados nas duas primeiras décadas do século, como Annes Dias e Mario Totta. Nos anos seguintes, o número vai diminuindo com a entrada de elementos mais jovens, o que parece indicar que os professores e médicos mais antigos participaram no período de organização da entidade para lhe emprestar credibilidade, atraindo novos associados.

Além do vínculo com e através da Faculdade de Medicina, a Santa Casa de Misericórdia serviu igualmente como espaço de atuação e de sociabilidade para esses médicos. Nesse

¹⁶ Cf. WEBER, Beatriz. “Médicos e charlatanismo: uma história de profissionalização no sul do Brasil”. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 117-118.

¹⁷ *Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*, n. 3; n.4, abr/jun 1932; jul/dez 1932, p. 22; 26.

momento, o Hospital de Caridade, maior e mais tradicional da capital, abrigava as enfermarias de clínica da Faculdade, dirigidas pelos professores, o que se manteve até a construção do Hospital de Clínicas da Universidade, na década de 1970. A Santa Casa se constituiu como local de aprendizagem e aperfeiçoamento para esses médicos, mas também de visibilidade profissional, de convívio e formação de laços interpessoais. Ainda hoje, muitos médicos gaúchos, reafirmando a importância dessa instituição para suas carreiras, relatam com nostalgia o tempo que atuaram nas enfermarias da Santa Casa, bem como a convivência com os “mestres pioneiros” que as dirigiam. As enfermarias eram tão vinculadas aos seus diretores que a Santa Casa, em alguns casos, homenageava-os dando seus nomes às repartições.¹⁸

Até pelos menos a década de 1950, o trabalho dos médicos na Santa Casa não era remunerado. Portanto, o tempo dedicado ao Hospital de Caridade poderia servir para a visibilidade e reconhecimento do médico como profissional, além de seu aperfeiçoamento técnico, em detrimento de outras funções remuneradas. As indicações para os cargos nas enfermarias eram feitas pelo próprio diretor (em geral, professor da Cátedra correspondente na Faculdade) e dependiam de um bom relacionamento com o mesmo, dentro de uma relação de hierarquia. Com um número maior de médicos diplomados pela Faculdade, a concorrência por uma vaga nas enfermarias da Santa Casa também deve ter aumentado, variando de acordo com as especialidades de maior preferência. Nessa disputa, certamente valeriam os contatos pessoais e as relações de reciprocidade entre os envolvidos. Nesse ambiente, para o médico ingressar e ascender na profissão precisariam ser mobilizados “recursos sociais” acumulados pela família e os adquiridos durante a formação escolar.¹⁹

As nomeações realizadas pela Santa Casa passavam ainda pelos cargos de Diretor Sanitário, Provedor e Mordomo do Hospital, irmão da Santa Casa responsável pela administração das enfermarias. No período em questão, essas funções eram ocupadas também por médicos

¹⁸ Na Santa Casa iniciaram-se as principais especialidades na medicina gaúcha, como a urologia, a pediatria, a neurocirurgia, a cardiologia, a pneumologia, o tratamento do câncer. Cada especialidade reverencia ainda hoje seus “mestres pioneiros” e as enfermarias de origem.

¹⁹ Em sua autobiografia, Telmo Kruse conta como fora admitido na Santa Casa durante o curso de medicina, em 1940. No relato, o autor lembra que tal fato se deu a partir da conversa de seu pai, alfaiate, com o cliente e amigo, Prof. Aurélio Py, diretor da 9ª enfermaria. KRUSE, Telmo. *O filho do alfaiate*. Porto Alegre: AGE, 2002, p. 38. Sobre “recursos sociais”: CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil”. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, vol. III, n. 3, p. 425-466, 1996.

ligados à Faculdade e ao sindicato. Durante o período analisado, é possível estabelecer várias relações entre os médicos dirigentes do sindicato, a partir de suas atuações nas diversas enfermarias da Santa Casa. As ligações em torno da Santa Casa envolviam quase todos os médicos em análise, formando “linhagens”, fundamentadas na hierarquia dos cargos ocupados. Em certa medida, é possível supor que um grupo atuante em uma determinada enfermaria ligava-se a outro a partir das mudanças que os médicos faziam em suas trajetórias na Santa Casa.

As relações estabelecidas na Santa Casa, que estão igualmente conectadas com a atuação na Faculdade de Medicina, eram em geral muito duradouras, prolongando-se por vários anos, ou mesmo décadas, além de abrangerem a indicação ou transmissão de cargos diretivos. Nesse sentido, essas relações envolviam laços de amizade, reciprocidade e dependência, através do convívio profissional e da transmissão de conhecimentos. Assim, o trabalho não-remunerado no Hospital de Caridade rendia aos “profissionais” um acúmulo de “recursos” de natureza social e cultural, que poderiam ser empregados ao longo de suas carreiras. A memória afetiva de um médico, que trabalhou na Santa Casa com alguns desses “mestres”, a partir de 1940, pode ilustrar esses elementos:

Terminada a faina nas Enfermarias, professores, médicos e estudantes, em grupos, desciam a Rua dos Andradas – nossa Rua da Praia – e faziam a primeira parada na Livraria de Dante Bruno Papaléo, especializada em livros de Medicina. [...] A caminhada terminava com o grupo se concentrando no Café Nacional. Esse café fazia parte de uma rede de cafés, estabelecidos em pontos estratégicos da nossa cidade. No local reuniam-se em diversas mesas já reservadas a Confraria DIVA – Departamento de Informação da Vida Alheia. Um dos presidentes da DIVA foi o Dr. Luiz Gabriel Fayet, seguido pelo professor Luiz Sarmiento Barata. Assim reunidos tratavam de diversos assuntos: políticos, desportivos, fofocas da sociedade da província e principalmente médicos. Muitos estudantes aprenderam de ouvido as novidades da Medicina, pois os que se reuniam naquele local eram médicos de escol, com grande tirocínio profissional, cultural e social.²⁰

Como se evidencia, as relações entre os médicos, alunos e professores, extrapolavam os ambientes da Santa Casa e da Faculdade. Tal elemento também pode ser indicado pelos laços de parentesco envolvendo os agentes em questão. Os vínculos consangüíneos poderiam envolver pais, filhos e irmãos como colegas de profissão. Além disso, a partir das ligações estabelecidas

²⁰ KRUSE, Telmo. Op. Cit., p. 41-42.

nas enfermarias da Santa Casa (ou mesmo o contrário), estabeleceram-se algumas uniões entre as famílias dos médicos através do matrimônio. Com isso, é possível afirmar que esses médicos “se freqüentavam”, no sentido de partilharem ambientes da vida privada e do convívio social, freqüentando as casas, as famílias e os círculos de amizade uns dos outros.

Portanto, o Sindicato Médico era mais um espaço de atuação e visibilidade, mas também de sociabilidade entre os médicos, bem como a Faculdade, a Sociedade de Medicina, a Santa Casa, ou mesmo os cafés e encontros de outra natureza. Sem dúvida, entre os agentes em questão se estabeleceram relações profissionais de reconhecimento mútuo e transmissão cultural, bem como laços de parentesco, de interdependência e afetividade, baseados em uma formação escolar comum, entre outros elementos.²¹

Os laços de solidariedade entre os agentes em análise podem remeter ainda ao período de formação ginásial. A maioria dos médicos em questão estudou nas principais escolas do estado, como o Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, que funcionava junto à Escola de Engenharia da capital. Muitos deles também foram alunos do Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, e do Ginásio Anchieta, em Porto Alegre, tradicionalmente relacionados ao ensino católico no Rio Grande do Sul. Esses institutos foram criados por jesuítas alemães tendo o papel de formar uma geração de leigos intelectualmente capazes de se opor às correntes laicizantes, como o positivismo.²² Vários médicos do sindicato podem ser relacionados com diferentes “gerações de católicos”, mais ou menos atuantes.

Apesar dessa forte presença de elementos ligados ao catolicismo, não se pode generalizar esse posicionamento para todo o grupo de dirigentes do Sindicato Médico. Além das relações profissionais e de reciprocidade como demonstrado, antes de tudo, o que unia esses agentes era algum tipo de oposição a “liberdade profissional” e o desejo de regulamentação da medicina. Mesmo assim, não se pode afirmar que todos esses médicos estiveram engajados em uma luta contra a “liberdade profissional” no período de predomínio do PRR na política rio-grandense.

²¹ Sobre “sociabilidade”: SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 231-269.

²² Cf. GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2005.

Tampouco é correto dizer que todos eles se opunham ao positivismo, seja como sistema político ou pensamento científico.

Os médicos do sindicato também ocuparam diversas funções de natureza política ou pública, antes e depois da fundação da entidade. Além dos médicos que ocuparam apenas cargos em órgãos de saúde pública, alguns dirigentes sindicais mantiveram importantes carreiras políticas no período, como Raul Pilla, Décio Martins Costa, Aurélio Py, Argemiro Dornelles, Guerra Blessmann, Viriato Dutra e Annes Dias. Alguns médicos também mantiveram várias atividades de cunho intelectual, literário e jornalístico, como são os casos de Mario Totta, escritor e poeta, Fabio Barros, crítico de arte e redator de vários jornais, Mario Bernd, professor e “intelectual católico”, e Adair Figueiredo, poeta e cronista. Como forma de visibilidade dessas atividades literárias, todos eles pertenceram a entidades regionais, como a “Academia Rio-Grandense de Letras”.

Além disso, outro traço comum no grupo em análise é a realização de estudos de especialização realizados fora de Porto Alegre ou do Brasil, em outros centros de aperfeiçoamento maiores e mais destacados. Esse elemento indica a disponibilidade de importantes recursos de natureza econômica, social e cultural, como o domínio da língua e dos códigos sociais. Na verdade essa mobilização de capitais deve ter sido empregada ainda na formação ginasial e universitária desses médicos, sobretudo para aqueles provenientes do interior do estado.

Tendo em vista esses dados e a restrição ao acesso à educação no país, acentuada nesse período, a formação em nível superior já justificaria classificá-los como parte da “elite intelectual” da região. Por se tratar de um grupo de médicos egressos das melhores escolas, muitos deles professores universitários, escritores e políticos, não se impõem maiores dúvidas a respeito. Ademais, esses médicos mantiveram em suas trajetórias proximidades e ligações com os mandatários políticos e a elite econômica do estado.

Alguns elementos demonstram que esses personagens acumularam importantes recursos sociais, intelectuais e políticos, através de suas atuações em diversas áreas, e que lhes renderam visibilidade social. No período abordado, quando esses agentes atuam como dirigentes do Sindicato Médico, muitos deles já ocupam posições destacadas na sociedade e na profissão, seja

como professores, políticos, literatos ou mesmo médicos. Evidentemente, o capital escolar foi necessário nessas trajetórias, mas não suficiente.

Apesar de haver entre esses agentes diferentes graus de envolvimento, é significativo o fato de serem eleitos e constituídos como “representantes” da “classe médica”, entendendo o representante como o “porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo”, conforme Bourdieu, “aquele que faz o grupo que o faz a ele”, como “personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele”.²³ A composição desse grupo que “representa” o Sindicato Médico é fundamental para o entendimento de sua atuação no processo de regulamentação profissional. Nessa disputa, a entidade sindical – de “representação” de parte dos médicos diplomados – atuou no sentido de impor uma classificação legitimada e autorizada pelo Estado, a fim de normatizar a figura do “médico” e do “charlatão” de acordo com seus posicionamentos, excluindo outras possibilidades.

Fontes

Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, n. 1-26, 1931-1939.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre: a Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

Histórico Escolar dos Formandos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1904-1936.

KRUSE, Telmo. *O filho do alfaiate*. Porto Alegre: AGE, 2002.

Livros de Termos de Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, n° 7-10, 1900 a 1970.

Panteão Médico Rio-Grandense: síntese histórica e cultural. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

Relatórios da Provedoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1916 a 1940.

Bibliografia

²³ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 157-158.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001
- COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias e elite 'profissional' na medicina no Brasil”. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, vol. III, n. 3, p. 425-466, 1996.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2005.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KUMMER, Lizete Oliveira. *A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002
- SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (Rio Grande do Sul, 1889-1930)*. São Paulo: LP&M, 1986.
- RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- TRINDADE, Hélió. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.